

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE PETROPOLIS-COMSEA.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos em primeira convocação, sem quorum suficiente para iniciar a reunião, aguardou-se por mais trinta minutos e já com quorum suficiente, reuniram-se na sala da Casa dos Conselhos, localizada na Av Ipiranga, número quinhentos e quarenta e quatro-Centro-Petrópolis –RJ, os conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, doravante denominado COMSEA Petrópolis, conforme convocação da Sra. Fernanda Ferreira, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Petrópolis, publicada no Diário Oficial do Município de Petrópolis, do dia vinte e dois de junho de dois mil e doze, de número quatro mil e seis, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Verificação de quorum; 2-Leitura e Aprovação da Ata anterior; 3- Apresentação seguida de perguntas sobre o funcionamento e atividades da Cozinha Comunitária – Comunidades de Madame Machado, Duarte da Silveira e Retiro- 30 minutos com acréscimo de 10 minutos , se necessário; 4- Comissão de Fiscalização- retorno visitas às instituições que solicitaram inscrição no COMSEA; 5- Assuntos Gerais. Conselheiros presentes: Fernanda Ferreira (COMAC), Marcelo Valverde Xavier (Movimento Popular de Economia Solidária), Ivanete Pereira (ACEP), Eduardo Pereira de Azevedo (Associação de Moradores Presidente Sodré), Alexandre Monteiro da Rosa (Centro Espírita caboclo Sete Flechas), Carla de Souza Coelho (secretaria de Saúde), Paulo Pedrosa Aguinaga (Sindicato Rural), Rosane Cross (Centro de Defesa dos Direitos Humanos), Luis Eduardo Moreira Peixoto (SETRAC), Leonardo Faver (Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento econômico e Agricultura), Elenice Araújo (FASE), e contando também com a presença de Kleber Godinho (ACEP), Bianca Malher (Iar Nossa Senhora das Graças), Camila Souza (Casa das Crianças Antonio de Pádua), Irmã Inês Santos (Escola Doméstica Amparo), Kelly Macedo (SETRAC), Raquel Santos Martins (Projeto Jovens em Ação-C3), Adriana Kreischer (Instituto Yolanda Duarte), Carla Stumpf (Lar Santa Catarina), Marina Rodrigues (SETRAC), Solimar Santos (Instituto Ampla Visão), Luis Cláudio Conceição (Instituto Ampla Visão), Gilda Jorge (Casa dos Conselhos) . A reunião foi aberta pela Presidente, após verificação do quorum. A ata do dia quatro de junho próximo passado foi aprovada pelos Conselheiros presentes, sem ressalvas. A Sra. Fernanda solicitou inversão de pauta, de forma que o item quatro fosse analisado antes do item três do Edital de Convocação. Aprovado. Ela fez referência às visitas técnicas realizadas pela Comissão Permanente de Fiscalização na Associação Jovens em Ação – C3, no Instituto Mafer – Lar Santa Catarina, na Associação de Santa Catarina – Creche São José do Itamarati, as quais todas tiveram aprovação do Conselheiro Relator e dos demais membros da Comissão de Fiscalização, uma vez que a visita fora realizada em conjunto. Levado em votação para aprovação ou contestação. Aprovadas as inscrições pela Plenária. Passada a palavra à Sra Rosane Cross, Conselheira representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, iniciou a apresentação mostrando que o CDDH começou suas atividades na década de setenta. Nos anos noventa o trabalho foi implementado visando maior proximidade com os cidadãos que buscavam atendimentos, como alimentação e higiene corporal. Em dois mil e quatro surgiu o programa Pão Beleza e em dois mil e nove aconteceu o surgimento das Cozinhas Comunitárias para atenderem os locais onde existe uma população em estado de alta pobreza, chamado de bolsões de pobreza. Em dois mil e onze ocorreu a Primeira Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Voltando ao tema

Cozinhas Comunitárias, as ações propostas pelo Plano de Trabalho aprovado pela SETRAC estão tendo um atendimento razoável tendo em vista que a localização das cozinhas interfere para o desenvolvimento perfeito, melhor esclarecendo: a comunidade nem sempre participa ativamente das ações porque em sua maioria não são moradoras do lugar (do bairro). As pessoas – público – das Cozinhas trabalham ou estão de passagem ou moram distante do local onde a cozinha está. As atuações mais eficazes dependem também das ações dos Postos de Saúde, das Ongs, etc. Foi mostrado pela Sra Rosane Cross, que no desenvolvimento das ações propostas pelo programa Cozinha Comunitária fazem parte: Plano de Trabalho, Articulação em rede, Ações Educativas em SAN-princípios da culinária é o tema utilizado para que não haja rejeição por parte da população freqüentadora do Programa, mas é o sinônimo para nutrição, os profissionais ensinam a maneira certa dos alimentos serem consumidos, evitados quando há doenças, como sal quando há pressão alta, só que é ensinado sem que percebam, Ações pedagógicas, Ações de geração de trabalhos-oficinas de Arte na Cozinha, e finalmente, Gestão Técnica do funcionamento das Cozinhas. No que diz respeito a articulação em rede, há um envolvimento dos profissionais da cozinha com a comunidade, postos de saúde, igrejas, etc. No Programa Vivendo verde, as oficinas são as mais caras, pois lidam com a SUSTENTABILIDADE, com a preservação do Meio Ambiente, com os debates da comunidade para encontrar soluções para aproveitamento de materiais recicláveis, de como lidar com o lixo, enfim a participação da comunidade tem que ser mais numerosa e estar mais disposta a aproveitar os ensinamentos. Foi mostrados fotos das comunidades participando do Programa onde as mulheres fabricam bijouterias e já colocam a venda, a participação da comunidade do Madame Machado – 1º de Maio, no Evento Rio + 20, quando tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a importância da preservação do Meio Ambiente. O secretário Luis Eduardo Peixoto pediu a palavra e acrescentou a importância da ligação que existe entre o CDDH e a SETRAC, enfatizou sobre a dificuldade de localização desses imóveis que são usados pelas Cozinhas Comunitárias. No seu entender os imóveis deveriam ser próprios e não alugados, pois poderiam ser adequados melhor, de acordo com a comunidade e estarem mais próximos dos CRAS, dos Postos de Saúde e também sendo próprios, as modificações necessárias seriam feitas sem causar transtorno, pois, sendo alugados, na maioria das vezes, o proprietário não permite alterações no imóvel e isso naturalmente dificulta o trabalho. Foi demonstrado pelo secretário Luis Eduardo Peixoto a diferença que existe entre o trabalho da Cozinha Comunitária desenvolvido na Comunidade do bairro Madame Machado para o do bairro Retiro, no primeiro, em virtude da localização, da população que faz uso, ser do bairro, tudo isso contribui para ser mais harmonioso o desempenho do Programa, ele se colocou, em sendo Secretário, a contribuir para ser obtida uma melhora, já que cidadania, trabalho e renda, fazem parte da sua secretaria. A sra Solimar, (Instituto Ampla Visão) moradora do bairro Duarte da Silveira, aproveitou para pedir a palavra e disse que em relação as oficinas realizadas pela Cozinha Comunitária, só tomou conhecimento que existem devido a um cartaz que foi colocado informando, mas que tem certeza que a comunidade desconhece visto as dificuldades que encontram em chegar ao local, em outros casos por não se atentarem muito para esses programas, e como salientou, na maioria das vezes como não há ninguém para fazer a propaganda, incentivar a comunidade, orientar, direcionar para as oficinas, a população simplesmente não participa. Solimar também disse que existe uma certa “rixa” entre as associações de moradores e isso reflete diretamente na comunidade. Disse contribuir para diminuir este problema a fim de beneficiar toda a comunidade. Aproveitando que estava com a palavra, a Sra Solimar, questionou sobre a cobrança da Cozinha Comunitária, quando algum morador solicita o local para fazer uma festa. E

por que o local não é usado para fazer as oficinas, já que existe? A sra Rosane Cross procurou informar que como a Cozinha Comunitária está funcionando no Centro Comunitário, a responsabilidade em fazer a comida e servir é do CDDH, após o horário de atendimento, como fica uma chave com o Centro Comunitário a responsabilidade passa a ser dele. A Sra Fernanda –Presidente do COMSEA, questionou por que a chave fica com a comunidade se o local é da Prefeitura? Nesse momento é que foi esclarecido que o local é da Associação de moradores, desse modo existe sim, mais de uma chave. O secretário Sr. Luis Eduardo Peixoto, solicitou que essa questão seja verificada pelo COMSEA, propôs também que todos os questionamentos sejam oficializados através de relatórios e o COMSEA fará com que chegue até a SETRAC. Para ficar totalmente esclarecido deve ser solicitada a Prefeitura que encaminhe um documento informando sobre a situação dos imóveis que estão atendendo ao Programa da Cozinha Comunitária. A sra Solimar voltou ao assunto da não divulgação dos cursos oferecidos pela Cozinha Comunitária, a Sra Rosane Cross disse que não é função dela (equipe) fazer a divulgação, uma vez que a sociedade moradora da comunidade tem que se interessar, pois as reuniões acontecem em todas as sextas-feiras. Há um interesse da equipe na realização das atividades, e seria necessário que a Associação de moradores ajudasse na divulgação dos eventos, uma vez que ela tem aproximação com os moradores e se bem conduzida, suas ações conseguem pronta resposta por parte dos moradores. Sr. Paulo Aguinaga, (Sindicato Rural) disse que pôde observar com a explanação da Sra Rosane que a maioria da população freqüentadora da cozinha comunitária, não têm acesso ao bolsa família, ele não entende porque, se é conforme a estatística a população é extremamente carente. A sra Rosane Cross respondeu que ela pode ser carente, mas pode estar fora da área de atendimento do programa bolsa família. O secretário ,Sr.Luis Eduardo Peixoto, falou sobre a diferença que existe entre cozinha comunitária e restaurante popular. A Cozinha Comunitária envolve ações na comunidade, daí ser um trabalho mais minucioso, pois além de cuidar da alimentação ela tem que procurar aproximação com os usuários da cozinha, envolvendo-os em projetos, etc. Continuou solicitando que haja fiscalização para corrigir os erros que estão ocorrendo e ratificou a importância dos relatórios emitidos pelo COMSEA. Disse que acha errado o uso dos locais, como a Cozinha Comunitária para outros fins e mais ainda se há benefícios próprios. Todas as ações fora do programa da Cozinha Comunitária devem ser levadas ao conhecimento do COMSEA e do CDDH, para que não haja distorção nas informações. A sra Solimar questionou, se no caso de haver verba que não foi utilizada totalmente por uma ação, ao invés de ser devolvida, se pode complementar uma outra necessidade. O Sr. Secretario Luis Eduardo Peixoto informou que verbas com destino certo, não podem ser utilizadas para outros fins, mas que há a possibilidade de uma análise e aí conforme decisão, no caso, do COMSEA e SETRAC, pode vir a ser solicitado um remanejamento da verba, se for algo relevante.Foi pedida a palavra pelo Sr. Alexandre (Centro Espírita Caboclo Sete Flechas), que sugeriu, uma vez que a Cozinha Comunitária possui um grupo de funcionários especializados, estes façam o trabalho comunitário de ir de casa em casa, de fazer avaliações junto às famílias, elaborar atividades, entre outros.Sr Paulo Aguinaga pediu a palavra e fez a seguinte sugestão : Para que a SETRAC coloque uma mesa e uma cadeira na entrada do local onde funciona a Cozinha Comunitária e faça o cadastramento das pessoas que não têm bolsa família. Também falou sobre o Edital de Modernização do MDS que permite melhorias nas Cozinhas Comunitárias. A Sra Kelly (SETRAC) informou que tal edital só permite modificações no caso do imóvel ser da prefeitura e não particular.Sra Solimar sugeriu que para haver mais união entre a comunidade deverá ser feita uma reunião entre os presidentes das associações de moradores e a comunidade, pois só

assim atingirão as propostas e eliminarão as rixas. A presidente, Sra Fernanda disse que o tempo já se esgotara e os outros assuntos de pauta ficarão para a próxima reunião. Colocou só como informe que a situação da merenda escolar está muito séria, pois estão faltando alimentos como alho, cebola, feijão, maçã, laranja, na alimentação das crianças. É sabido que a Licitação está parada e isso não pode acontecer, alguma escolas estão reclamando da qualidade dos alimentos e também alguns alimentos fornecidos não são do gosto das crianças como o peixe. A Sra Fernanda colocou, ainda para os presentes que recebeu um e-mail “equivocado” onde a Secretária de Educação enviou e-mails para as escolas solicitando que elas não respondessem quaisquer tipos de correspondências encaminhados por Conselhos. A Sra Gilga Jorge, Casa dos Conselhos, pediu a palavra e disse que não tem aceito relatórios encaminhados por e-mail , para o COMSEA, ela disse que as escolas tem que enviar o relatório em mãos e aí terem o recebido da Casa dos Conselhos. Ao que foi aprovado pela Sra Fernanda, Presidente do COMSEA. A Sra Fernanda comunicou a Sra Gilda que a secretaria de Meio ambiente não comparece as reuniões e por isso deverá sair. Para tal, deverá ser feito um ofício a PMP para que indique outro conselheiro. Para finalizar, não tendo mais nada a ser dito, a Sra Rosane Cross agradeceu os presentes e disse ter ficado satisfeita em poder ter feito chegar ao conhecimento de todos o trabalho do CDDH, em relação às cozinhas comunitárias. Esta ata foi escrita e segue assinada por mim, Alba Cristina, Casa dos Conselhos.....

Alba Cristina  
Casa dos Conselhos

Fernanda Ferreira  
Presidente Comsea/Petrópolis-RJ